



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana - SUPRAM CM

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
QUE CELEBRAM O EMPREENDEDOR
BAÇÃO LOGÍSTICA S.A. E A
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO
AMBIENTE CENTRAL METROPOLITANA
(SUPRAM-CM) PARA ADEQUAÇÃO DE
EMPREENHIMENTO À LEGISLAÇÃO
AMBIENTAL.**

Pelo presente instrumento, **BAÇÃO LOGÍSTICA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 21.336.772/0001-79, com sede na cidade de Itabirito/MG, na Est. Camargo Correa, s/n., lavrado, Bairro São Gonçalo do Bação, CEP 35450-000, neste ato representada por seus representantes legais Sr. José Francisco Martins de Viveiros, CREA nº. 96460 e CPF nº 235.537.157-15, residente e domiciliado na Av. Bandeirantes nº 1235/501, Bairro Anchieta, CEP 30.403-403, Belo Horizonte - MG, e Guilherme França do Couto e Silva, CPF [REDACTED], RG [REDACTED] SSPMG, residente e domiciliado na Rua Joaquim Lustosa, número 53/701, Bairro Anchieta, CEP: 30.310-410, Belo Horizonte - MG; doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, firma o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL** perante a **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE CENTRAL METROPOLITANA (SUPRAM-CM)**, com endereço na Rua Espírito Santo, 495, bairro Centro, em Belo Horizonte, neste ato representada pelo Superintendente, Sr. Hidelbrando Canabrava Neto, doravante denominado **COMPROMITENTE**, nos termos do art. 32, § 1º do Decreto Estadual nº. 47383/18, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDO a solicitação apresentada pelo **COMPROMISSÁRIO** (protocolo R0171385/2018), em 09/10/2018, manifestando interesse em celebração de Termo de Ajustamento de Conduta;

CONSIDERANDO a vistoria realizada no empreendimento no dia 05/09/2018, pela equipe técnica da SUPRAM CM, que ocasionou a lavratura do Auto de Fiscalização nº 126919/2018, que verificou que o empreendimento estava operando sem a devida licença, além de outras irregularidades, sendo lavrados os Autos de Infração nº 127581/2018, 127582/2018 e 127583/2018, determinando-se a suspensão das atividades;

CONSIDERANDO que constitui obrigação legal do **COMPROMISSÁRIO** providenciar a regularização ambiental de seu empreendimento, cujo processo de licenciamento ambiental já foi iniciado com a formalização do processo Copam de LAC2 (LIC+LO) nº 14282/2018/001/2019;

CONSIDERANDO a previsão legal contida no artigo 32, § 1º, do Decreto nº 47383/18, que afirma que "a continuidade da instalação ou do funcionamento de empreendimento ou atividade concomitantemente com o trâmite do processo de Licenciamento Ambiental ou de AAF previstos pelo caput e § 1º, respectivamente, dependerá de assinatura de Termo de

Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto
Masp: 1372848-0
Superintendente Regional de Meio Ambiente
Central Metropolitana



Ajustamento de Conduta com o órgão ambiental, com previsão de condições e prazos para instalação e funcionamento do empreendimento ou atividade até a sua regularização;

CONSIDERANDO que o art. 79-A da Lei Federal 9.605/1998, prevê a possibilidade dos órgãos ambientais integrantes do SISNAMA celebrarem, com força de título executivo extrajudicial, termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores;

CONSIDERANDO que o art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657/1942, alterado pela Lei nº 13.655/2018, permite a celebração de termos de compromisso para eliminar irregularidades, incertezas jurídicas ou situação contenciosas na aplicação do direito público;

CONSIDERANDO o disposto nos estudos apresentados na formalização do processo Copam nº 14282/2018/001/2019, inclusive acerca de possível nascente e respectiva área de preservação permanente, dentro da Área Diretamente Afetada (ADA) do projeto do empreendimento;

CONSIDERANDO que os estudos apresentados, todos acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), concluem que não existe tal nascente e que mesmo existindo a referida nascente, o empreendimento poderia se adequar para fins de viabilidade ambiental;

CONSIDERANDO que o **COMPROMISSÁRIO** vem atendendo a todas as requisições de informações solicitadas pelo **COMPROMITENTE**;

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, com cláusulas e condições a vigorarem de acordo com a redação abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO COMPROMISSO

Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento das condições e dos prazos para a instalação do empreendimento até a obtenção da devida licença ambiental, nos termos art. 16, § 9º, da Lei Estadual nº 7.772/1980; bem como para a execução do controle de suas fontes de poluição, corrigindo os seus efeitos negativos sobre o meio ambiente, inclusive com a reparação dos danos eventualmente causados, de acordo com o prazo estabelecido no cronograma de execução constante da **CLÁUSULA SEGUNDA**. O processo de licença de instalação corretiva nº 16504/2018/001/2018, bem como o presente TAC, contemplará a atividade do código: **E-01-14-7 – TERMINAL DE MINÉRIO – Área Útil: 7,500 ha.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O presente instrumento não antecipa, autoriza ou afasta outras espécies de certidões, alvarás, anuências, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Este termo é celebrado no uso do poder-dever discricionário da Administração Pública e, portanto, segue critérios de conveniência e oportunidade avaliados quando de sua elaboração. Deixando de subsistir esses critérios ou advindo

Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto
Masp: [REDACTED]
Superintendente Regional de Meio Ambiente
Central Metropolitana



outros que ensejam nova avaliação de mérito administrativo, este Termo poderá ser revogado.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Durante análise do processo Copam nº 14282/2018/001/2019, a COMPROMISSÁRIA se compromete a não realizar novas intervenções em um raio de 50 (cinquenta) metros do ponto N=7 751.269,219; E=621.086,478 (UTM / SIRGAS 2000), e, caso a COMPROMITENTE verifique a existência de nascente neste ponto, demolir qualquer edificação ou obra já existente na sua área de preservação permanente e executar Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) para aquela área, assim como, apresentar novo projeto para o empreendimento, que respeite a nascente e sua área de preservação permanente.

PARÁGRAFO QUARTO. O presente instrumento autoriza, no âmbito das competências da SUPRAM CM, somente a continuidade da instalação do empreendimento, em seus estritos termos, devendo a operação, aguardar a análise do processo de licenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES A SEREM OBSERVADAS PELA COMPROMISSÁRIA

Pelo presente, a COMPROMISSÁRIA se obriga a executar as medidas ambientais indispensáveis relacionadas a seguir, observando-se para tanto, rigorosamente, as condições e os prazos assinalados, visando ao controle e à mitigação dos impactos negativos associados às suas atividades operacionais.

Item	Cláusula	Prazo
01	Apresentar mapa georreferenciado com definição das linhas de fluxo subterrâneo, conforme resultados obtidos na investigação executada no empreendimento.	60 (sessenta) dias
02	Realizar e apresentar o monitoramento do Ribeirão Carioca a montante e a jusante empreendimento, contendo: análise de pH, sólidos sedimentáveis, DBO, DQO, sólidos em suspensão, sólidos sedimentáveis, óleos, graxas, detergentes. As análises devem ser realizadas bimestralmente e apresentadas à SUPRAM CM.	Apresentar relatórios bimestralmente, com a primeira apresentação em 60 (sessenta) dias.
03	Enviar à Supram-Central os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados no canteiro de obras, contendo, no mínimo, volume de resíduos gerados, caracterização dos resíduos, local de destinação, identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações. A destinação dos resíduos sólidos de construção civil deve ser feita em conformidade com as Resoluções CONAMA nº 307/2002 e 348/2004.	Semestralmente, com a primeira apresentação em 60 (sessenta) dias.
04	Realizar monitoramento de ruído nos limites reais de propriedade, conforme ABNT 10.151. Apresentar os relatórios à SUPRAM CM acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de	Semestralmente, com a primeira

Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto
Masp: 1372848-0
Superintendente Regional de Meio Ambiente
Central Metropolitana



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana - SUPRAM CM

	laboratório, bem como a dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional, anotação de responsabilidade técnica e a assinatura do responsável pelas amostragens. Deverão também ser informados os dados operacionais. As análises deverão verificar o atendimento às condições da Lei Estadual nº 10.100/1990 e Resolução CONAMA nº 01/1990.	apresentação em 60 (sessenta) dias.
05	Apresentar relatório técnico e fotográfico com a descrição das medidas de controle ambiental que deverá incluir: medidas mitigadoras para carregamento de sedimentos e consequente assoreamento de cursos d'água, destinação adequada de efluentes do canteiro de obras, medidas para evitar contaminação de solo e água por óleos e graxas e segregação dos resíduos sólidos gerados no canteiro de obras.	Semestralmente, com a primeira apresentação em 60 (sessenta) dias.
06	Apresentar Programa de Comunicação Social a ser aplicado à fase de instalação do empreendimento, em que constem as estratégias para comunicação e tratativas de mitigação de impacto social às comunidades circunvizinhas.	30 (trinta) dias.
07	Promover reunião pública, nos moldes da DN Copam 225/2018, com envio de convites formais, com participação voluntária dos convidados, incluindo os atores sociais que figuram na circunvizinhança do empreendimento, esclarecendo a população interessada sobre o empreendimento e sobre as obras que serão iniciadas no local.	45 (quarenta e cinco) dias.
08	Não realizar novas intervenções ou supressões passíveis de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental (Daia) ou Autorização para Intervenção Ambiental (AIA).	Durante a vigência do TAC.
09	Buscar a regularização de todas intervenções (travessias e bueiros) existentes no empreendimento, conforme Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1964, de 04 de dezembro de 2013.	45 (quarenta e cinco) dias.
10	Executar medidas eficientes de controle ambiental a fim de efetuar a proteção das áreas do terminal, contra processos erosivos, bem como preservação e proteção dos recursos hídricos e florestais.	Durante a vigência do TAC.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os prazos estabelecidos na cláusula segunda contam-se a partir da assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da cláusula imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva cláusula. As referidas alterações serão objeto de adendo ao presente TAC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTROLE, DA FISCALIZAÇÃO E DO MONITORAMENTO

Este instrumento não inibe ou restringe, em qualquer hipótese, as ações de controle, fiscalização e monitoramento da **COMPROMITENTE** ou de qualquer órgão ambiental fiscalizador face à **COMPROMISSÁRIA**, nem limita ou impede o exercício de suas

Hiáelbrando Capabrava Rodrigues Neto
Masp. [assinatura]
Superintendente Regional de Meio Ambiente
Central Metropolitana



atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial, a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do Poder de Polícia.

Parágrafo único: a **COMPROMITENTE** poderá realizar vistorias nas áreas operacionais da **COMPROMISSÁRIA** objetivando verificar a observância e o cumprimento das medidas ambientais e condições ajustadas na **CLÁUSULA SEGUNDA**, bem como das disposições da legislação ambiental, as quais deverão ser implementadas e mantidas até que seja apreciado, definitivamente, pela respectiva Câmara Técnica, o requerimento de regularização ambiental de licença de instalação corretiva.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DO COMPROMISSO

O descumprimento total ou parcial do compromisso assumido implicará a rescisão do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e sujeitará a **COMPROMISSÁRIA**, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, ao que segue:

- a) Suspensão total e imediata das atividades;
- b) Multa de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais) em caso de descumprimento do TAC. O valor da multa será aplicado independentemente do número de cláusulas descumpridas ou cumpridas fora do prazo, com acréscimo de 30% (trinta por cento) por cláusula descumprida ou cumpridas fora do prazo, a partir da segunda cláusula descumprida;
- c) Aplicação imediata das sanções administrativas previstas na legislação vigente, notadamente, o Decreto Estadual nº 47.383/2018, com encaminhamento de cópia do Auto de Infração ao Ministério Público;
- d) Encaminhamento de cópia do processo à Advocacia Geral de Estado – AGE - para providências quanto à execução do presente TAC e demais medidas cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O valor da multa será atualizado com base na taxa Selic, nos termos do art. 8º, da Lei nº 21.735/2015.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula se dará de forma cumulativa e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A eventual inobservância pela **COMPROMISSÁRIA** de quaisquer das obrigações, condições e dos prazos estabelecidos no presente Termo, desde que comprovadamente decorrente de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil Brasileiro, não configurará o seu descumprimento, devendo ser

Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto
Masp: [assinatura]
Superintendente Regional de Meio Ambiente
Central Metropolitana



imediatamente comunicada e justificada à SUPRAM/SUPPRI, que analisará o alegado, podendo fixar novo prazo para o adimplemento da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO

O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta produzirá efeitos a partir da data prevista na cláusula oitava e terá eficácia de título executivo extrajudicial, inclusive com relação às cominações de multa, na forma dos arts. 5º, § 6º, da Lei 7347/85, e art. 585, VII, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE EXCLUEM A RESPONSABILIDADE PELO INADIMPLEMENTO

O encerramento das atividades não exime a **COMPROMISSÁRIA** da comprovação do cumprimento das cláusulas deste termo, devendo ser analisadas pela **COMPROMITENTE** as pendências de obrigações ambientais do empreendedor, que deverá equacionar eventual passivo ambiental existente, na forma da legislação ambiental.

CLÁUSULA SÉTIMA– DA RESPONSABILIDADE NA HIPÓTESE DE SUCESSÃO

O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta obriga, em todos os termos e condições, a **COMPROMISSÁRIA** e seus sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento é de 02 (dois) anos, devendo ser observados os prazos das obrigações constantes na **CLÁUSULA SEGUNDA**, podendo ser prorrogado mediante requerimento fundamentado da **COMPROMISSÁRIA** e concordância da **COMPROMITENTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O requerimento para prorrogação do Termo de Ajustamento de Conduta deverá ser protocolado antes de seu vencimento e não importa em prorrogação automática da validade do TAC. A prorrogação só se efetivará após a assinatura de termo aditivo pelas partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Este TAC terá sua validade extinta na data de publicação da decisão relativa ao requerimento de Licença, ou ao final do prazo estipulado no caput dessa cláusula, se não houver prorrogação do TAC, o que acontecer primeiro.

Hidelbrando Canabrua Rodrigues Neto
Masp: [REDACTED]
Superintendente Regional de Meio Ambiente
Central Metropolitana



CLÁUSULA NONA - DOS DOCUMENTOS

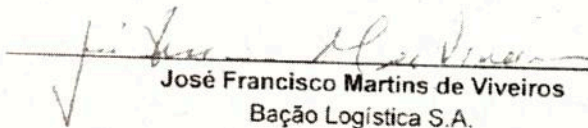
Todos os documentos referidos neste Termo de Ajustamento de Conduta, depois de rubricados pela COMPROMISSÁRIA e pela COMPROMITENTE, passarão a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos fossem.


CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO


Fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte, para dirimir as questões decorrentes do presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim por estarem devidamente acordadas, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, passando todos os documentos referidos no presente termo, inclusive os atos constitutivos pertinentes, a fazer parte integrante deste instrumento, como se transcritos nele estivessem.

Belo Horizonte, 26 de julho de 2019


José Francisco Martins de Viveiros
Bação Logística S.A.


Guilherme França do Couto e Silva
Bação Logística S.A.


Hidelbrando Rodrigues Canabrava Neto
Superintendência Regional de Meio Ambiente
SUPRAM Central Metropolitana

Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto
Masp: [REDACTED]
Superintendente Regional de Meio Ambiente
Central Metropolitana